

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Requerimento nº /2006

(Dos Senhores Deputados MARINHA RAUPP e WALTER FELDMAN)

Solicita a realização de **Audiência Pública** com autoridades governamentais e representantes da sociedade civil para *“debater sobre os projetos e iniciativas que visem garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.”*

Senhor Presidente,

Vimos requerer, com base no Regimento Interno desta Casa, artigo **24, III**, ouvidos os ilustres parlamentares desta Comissão, que seja convocada **audiência pública**, a ser realizada no âmbito desta Comissão, para *“debater sobre os projetos e iniciativas que visem garantir a acessibilidade aos portadores de necessidade especiais.”*

Para enriquecer o debate solicitamos sejam convidadas as seguintes autoridades.

- a) *Márcio Fortes de Almeida* – **Ministro das Cidades**;
- b) *Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior* – **CORDE**;
- c) *Las Grael* - **Secretário da Juventude, Esportes e Lazer do Estado de São Paulo –SP.**
- d) Adilson Ventura – **Presidente do CONAD**
- e) Mara Cristina Gabrilli – **Secretária Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida**;
- f) Tabata Contri - **Conselheira do Movimento Superação**

JUSTIFICAÇÃO

Diversos projetos tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal com enfoque nos aspectos que envolvem a acessibilidade para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nesse sentido a Comissão de Desenvolvimento Urbano tem um papel importante na atividade legiferante e pode ser um vetor para garantir que muitos dos projetos em tramitação na Casa sejam aprovados e convertidos em leis que possam assegurar mecanismos efetivos para tornar a nossa sociedade mais justa, mais democrática e mais cidadã, para todos quantos estejam a margem por limitações de locomoção, auditivas, visuais e outras, sejam elas temporárias ou permanentes.

Dessa forma é importante que a Comissão de Desenvolvimento Urbano abra o debate para uma questão urgente e que demanda esforços dos agentes políticos e governamentais para garantir não só o acesso, mais também a participação efetiva e inclusão social de todos os brasileiros que tenham qualquer limitação.

Cabe acrescentar que o resgate da cidadania sempre foi a mais importante bandeira de luta das pessoas portadoras de necessidades especiais. Há mais de 20 anos foram criadas no Brasil as primeiras associações representativas do movimento e iniciou-se a história da legislação que assegura os direitos desses cidadãos brasileiros. Nesse período foram aprovadas várias leis que garantem ao segmento muitos direitos constitucionais, mas diversos deles continuam sem regulamentação.

O objetivo central da audiência é viabilizar medidas que permitam aos portadores de necessidades especiais efetiva inclusão social e o direito amplo à cidadania nas áreas econômica, cultural, esporte e lazer.

Estas são as razões que justificam a audiência pública proposta.

Sendo assim, solicitamos o apoio de todos os membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano no sentido de viabilizar a referida audiência.

Sala da Comissão, de 2006.

Marinha Raupp

Deputada Federal – PMDB/RO

Walter Feldman

Deputado Federal – PSDB/SP